



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 3/2018

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE

28/03/2019

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e dezanove, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezoito horas e vinte minutos, sob a presidência do Exm.º Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sr.ª Eng.ª Regina Maria Duarte Serrano, 2.ª Secretária, com a seguinte Ordem do Dia: -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):-----

-----**Ponto Um: Descentralização Administrativa – lei-quadro de transferência de competências para administração local e diplomas setoriais – Proteção e Saúde Animal, Segurança dos Alimentos e Cultura – votação nos termos do disposto no nº 2 do artigo 4º da Lei nº 50/2018 de 16 de agosto conjugado com o disposto nas alíneas j) e k), e do nº 1, do artº. 25º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. – Aprovado por maioria -----**

-----**Ponto Dois: Descentralização administrativa – lei-quadro de transferência de competências para a administração local – aprovação da proposta de aceitação da transferência de competências, em matéria de Educação e Saúde, constantes do D.L. nº. 21/2019, de 30 de janeiro e D.L. nº. 23/2019, de 30 de janeiro, na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – CIM-RC. – Aprovado por unanimidade -----**

-----**Ponto Três: Aprovação da 3ª revisão orçamental e 3ª. revisão das GOP`s – Ano de 2019, nos termos preconizados da alínea a) do nº, 1 do artº. 25. Do Anexo I da Lei nº. 75/2013 De 12 de setembro, na atual redação. – Aprovado por maioria -----**

-----**Ponto Quatro: Autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2019 a 2024, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público, para**



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**“Contratação de serviços de Aluguer Operacional de 5 Veículos” –
Aprovado por maioria -----**

**---- Ponto Cinco: Tomada de conhecimento de providência cautelar
interposta pelo Município de Mira contra “Águas do Centro Litoral, S.A.”. –
Tomado conhecimento -----**

-----PRESENÇA DO EXECUTIVO-----

-----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, o Sr. Vereador, Nelson Teixeira Maltez, a Sr.^a Vereadora, Dr.^a Dulce Helena Ramos Cainé, e o Sr. Vereador, Dr. Fernando José Domingues Madeira.-----

-----PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Dr. Mário Ribeiro Maduro, Eng.^o João Manuel Domingues Moreira Prina, Prof. Nelson Miranda Cadete, Carlos Jorge dos Santos Nora, Eng.^a Regina Maria Duarte Serrano, Dr. Marco António de Melo Santos, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Zélia Domingues Morais, em substituição da Sr.^a Prof.^a Vera Lúcia de Jesus Manco, Adolfo José Figueiredo Ribeiro Maçarico, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Américo Manuel Miranda Páscoa, Enf.^o Manuel Ferreira Inocêncio, Luís Filipe Alcaide Antunes, Dr.^a Edite Domingues Custódio, Pedro Jorge Morais Laranjeiro e os Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Sr. Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Sr. Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Sr. Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz e dos Carapelhos, Sr. Gabriel Miranda de Pinho. -----

-----FALTAS-----

-----Verificou-se a falta da Sr.^a Prof.^a Vera Lúcia de Jesus Manco, Dr.^a Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Enf.^a Maria Leonor Reigota, Prof.^a Clara Clemente e Dr.^a Telma Salvador.-----

-----HORA DE ABERTURA -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Os trabalhos tiveram início às dezoito horas e vinte minutos após a verificação de quórum, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

-----PONTO UM: Ponto Um: Descentralização Administrativa – lei-quadro de transferência de competências para administração local e diplomas setoriais – Proteção e Saúde Animal, Segurança dos Alimentos e Cultura – votação nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4º da Lei nº 50/2018 de 16 de agosto conjugado com o disposto nas alíneas j) e k), e do n.º 1, do artº. 25º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. –

Aprovado por maioria -----

---- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

---- Interveio o Sr. Presidente mencionando os assuntos relacionados com o ponto um e algumas das competências que já tinham sido faladas em janeiro, e disse não se estar ainda preparado para receber determinadas competências como era o caso, sendo este o mais complicado, o da Saúde Animal e a Segurança dos Alimentos. Disse estar-se a falar de competências muito complexas e que mexiam em muito com a vida normal, tendo que se preparar regulamentos e um quadro técnico de pessoas para que, pudessem vir a trabalhar nessa área. Achou que a competência da Proteção e Saúde Animal, assim como, a da Saúde e da Educação, deveriam vir acompanhadas com um envelope financeiro a informar o montante respetivo a cada Município e acrescentou que, ao não virem acompanhadas desse mesmo envelope financeiro, ficava difícil para Município saber com o que é que se podia contar. -

---- Falando depois da competência da Cultura, mais propriamente do problema do prémio de fiscalização de espetáculos de natureza artística que se faz com o IGAC (Inspeção-Geral das Atividades Culturais), nomeadamente, o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

licenciamento de teatros e de outras atividades artísticas, assim como, o licenciamento de espaços onde se realizavam essas mesmas atividades, o que muitas das vezes, a Câmara, num licenciamento particular tinha que os preparar e tratar das devidas taxas trabalhando assim para assumir essa competência, acrescentando daí o facto de ter trazido à Assembleia Municipal essas duas propostas de não-aceitação e se seria possível para o Município. -----

--- De seguida, deixou uma nota em relação às duas principais competências, sendo uma delas, a da Saúde e a outra, a da Educação, dizendo que viriam à Assembleia Municipal de abril para se poder comunicar à DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais) até ao final desse mesmo mês do ano corrente. Nessa comunicação, o Município teria que responder se aceitava ou não essas duas competências. Disse que, na Saúde tinha sido enviado ao Município uma proposta de valores sobre a manutenção dos imóveis, sobre o número de funcionários que passariam para o Município, sobre o valor que se iria dar para manutenção das Extensões de Saúde e, estando assim numa fase de negociação/discussão, na qual o Município de Mira contestou o valor atribuído, nomeadamente os valores que queriam atribuir para cobrir todas as despesas de Saúde, o que englobaria o Centro de Saúde e respetivas Extensões, os funcionários que passariam para o Município e manutenção dos espaços, eram valores muito baixos. -----

--- Na Educação, disse que ainda não havia montantes/valores definidos e que seria somente despesas para o secundário porque algumas das suas competências, o Município já desenvolvia nessa mesma área. Assim, inferiu que essas eram as duas principais matérias da transferência de competências, que viriam à Assembleia de abril, para se discutir e trazer os respetivos montantes e valores. Contudo, já existia uma primeira avaliação das obras da Escola Secundária, num montante de um milhão de euros e que estavam à espera que a Sra. Secretária do Estado os recebesse para essa avaliação. Realçou que isto nada tem a ver com a transferência de competências porque eram obras de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

grande dimensão e, somente as pequenas obras e pequenas intervenções de manutenção e reparação destes espaços passariam a ser competência do Município. Mais disse que, era igualmente importante, saberem qual o estado de conservação e que tinha sido isso mesmo que tinham feito. -----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

---- **1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

---- Interveio o **Sr. Américo Páscoa (MAR)** que começou por cumprimentar todos e disse que a transferência de competências para o Município trazia vantagens e desvantagens e que já havia sido abordado o “tema” da Educação e da Saúde, na última Assembleia. Falou que iria haver uma grande prestação da Educação, a nível de responsabilidades. -----

---- Questionou, quais as intervenções previstas para a escola secundária, uma vez que, foi apresentado publicamente um projeto do “2020” de uma participação de 85% mais 15% da autarquia. -----

---- Referiu que tinha uma dúvida (que constava no Diário da República), 1.ª série — N.º 21 — 30 de janeiro de 2019 ANEXO I (a que se refere o n.º 5 do artigo 32.º) na Rede nacional de escolas, onde ali faltava a referência aos jardins de infância, dos quais mencionou, o de Portomar, Casal de São Tomé e o da Praia de Mira. -----

---- Salientou a parte da segurança individual e coletiva, reportando-se aos dois anos consecutivos em que o Município sofreu com as intempéries e que aquelas tinham acontecido ao fim de semana. Assim, questionou se caso tivessem acontecido durante o período letivo, as escolas, estariam preparadas, a nível interno, para responder perante situações daquelas. -----

---- Interveio **Prof. Paulo Grego (PS)** que cumprimentou todos e começou por falar na transferência de competências na Educação, e disse que o Executivo podia ter sido mais ambicioso e ter ficado com mais competências. -----

---- Quanto à transferência de competências na área da Saúde Animal e na



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Segurança dos Alimentos, disse que realmente se iria precisar de mais tempo para aceitar essas transferências. -----

---- Referiu depois que, na parte da Cultura fizeram uma breve reflexão e acrescentou que não viam grande problema na sua transferência de competências, de imediato, para o Município, e onde referiu que, quanto aos monumentos/museus, infelizmente, não havia nada a passar para o Concelho de Mira. Mais disse que, na Cultura se podia ter trabalhado de outra forma e questionou sobre o que já tinha sido feito e de que forma a estrutura orgânica da Câmara se estava a preparar e para quando a inevitabilidade dessa vinda da transferência de competências para o Município, frisando que a sua vinda era uma realidade. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente** respondendo ao Sr. Américo Páscoa, que nessa manhã, tinha recebido o relatório dos serviços técnicos das intervenções na escola Secundária. Contudo, ainda não tinha tido tempo de ler o seu conteúdo, exceto a última página, para ver os valores e as intervenções que aí constavam.

---- Falou depois da intervenção do deputado Paulo Grego e disse que, em relação à transferência de competências da Cultura, esta não se tinha aceitado por causa da questão do licenciamento e dos regulamentos que tinham que ser feitos e que sendo uma competência que tinha apenas dois meses, não foi possível preparar-se para a transferências de competências. Mais disse ter havido transferência de competências, algumas recentes e diplomas que não sabiam ainda como se iria fazer. Falou que, alguns colegas e algumas Câmaras, que tinham aceitado algumas dessas transferências de competências, estavam agora com graves dificuldades pela falta de preparação, dificuldades essas que ele próprio já havia mencionado, acrescentando que o objetivo passava por aceitar essas competências, mas, primeiro iriam ser estudadas e preparadas para que então, em dois mil e vinte, pudessem vir para o Município. Mais disse que todo este processo de transferência de competências deixava muitas dúvidas, referindo o facto de o processo da Saúde e da Educação ser muito



NC

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atribulado e que, mesmo o partido Socialista, em termos de autarquia, estava com uma confusão muito grande, salientando que estas duas competências, a Saúde e a Educação, iriam ser “ossos duros de roer”, entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo Central, por causa da questão se ter aceitado, referindo que, no caso da Saúde, ficaram responsáveis pelos órgãos de manutenção das Extensões de Saúde, pelos órgãos do Centro de Saúde e pequenas obras, assim como, por cinco ou seis assistentes operacionais e ainda por uma série de outras situações que, de momento não tinham nenhuma responsabilidade. Concluiu, então, que se teria que pensar e negociar tudo muito bem, para se saber qual o envelope financeiro. Declarou que queria ter uma opinião, pois gostavam de aceitar esta transferência de competências mas, achava que este processo não iria dar frutos, pois era um processo muito complexo. -----

--- VOTAÇÃO -----

--- Submetido a votação o ponto um da ordem do dia foi aprovado por maioria oito votos contra, dezassete a favor. -----

--- Foi lida uma moção por parte do PS relativamente ao seu sentido do presente ponto -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia. -----

----**Ponto Dois: Descentralização administrativa – lei-quadro de transferência de competências para a administração local – aprovação da proposta de aceitação da transferência de competências, em matéria de Educação e Saúde, constantes do D.L. nº. 21/2019, de 30 de janeiro e D.L. nº. 23/2019, de 30 de janeiro, na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – CIM-RC. – Aprovado por unanimidade -----**

----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Sr. **Presidente da Câmara** começou por dizer que o que a CIM pretendia era que o Município aceitasse, por parte da CIM, essas competências, a da Saúde e a da Educação, explicando que, tanto na área da Saúde, como na área da Educação, a CIM já desenvolvia muitas das competências que estavam a ser públicas, dando alguns exemplos, no caso da Saúde, a Unidade de Saúde do Baixo Mondego era responsável por fazer a aquisição das carrinhas das unidades móveis para cuidados de saúde, deu mais alguns exemplos, o caso que já estaria a acontecer na Casa do Povo, o empreendedorismo que era da área da Educação, sendo também a CIM que o estava a fazer, a entrega dos prémios de escola do empreendedorismo, também era a CIM que fazia e falou também da Execução da Carta Educativa, financiada em oitenta e cinco por cento, também pela CIM, através do Portugal 20/20, relativamente a uma linha do projeto ao Abandono Escolar. Mais disse que, muitas destas competências sendo já desenvolvidas pela CIM, esta devia continuar-se a fazê-las. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

---- Interveio **Sr.ª Zélia Morais (PS)** que cumprimentou os presentes. Questionou se não se tinha feito um levantamento prévio de quanto se iria gastar nas necessidades das obras/estruturas físicas necessárias e nos respetivos equipamentos das extensões de Saúde do Concelho de Mira. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente** respondendo à questão da Sra. Zélia Morais, dizendo que estavam a contestar, junto do Ministério da Saúde, a relação de valores que tinha sido apresentada, um valor para a manutenção dos quatro Postos/Extensões de Saúde, o qual o Executivo iria contestar. No caso da AVAC (sistemas de ventilação e ar condicionado), este tinha sido contestado porque, era um dos pontos que não tinha sido referido, sabendo que nesse ponto existia graves problemas, referindo que antes de passar para o Município, tinha que se fazer um levantamento de custos, para que no futuro, o Município, não tenha que gastar valores elevados numa reparação no sistema de ar condicionado. -----

---- Interveio **Sr.ª Zélia Morais (PS)** dizendo ser mais precisa na questão e que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

era de conhecimento comum a estrutura física e a responsabilidade que se tinha, mas, fez referência foi ao estado em que se encontrariam as habitações/edifícios. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente** respondendo à questão e disse saber o estado de algumas extensões de Saúde e que o valor que lhes estavam a propor era o plafond para o estado de manutenção que eles tinham. -----

---- Interveio **Sr.ª Zélia Morais (PS)** dando um exemplo, o da Câmara Municipal de Montemor, onde tinha havido uma equipa de técnicos para conhecer as unidades e todos os seus espaços, vendo as necessidades dos mesmos e fazendo assim um levantamento do montante, mais ou menos exato, a gastar em cada extensão de Saúde. Disse que era a esse ponto que se referia. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente** esclarecendo que já se havia começado a fazer alguma coisa com a AVAC, pesquisando noutras instalações para saber e ver como era tudo isso, sendo esse o tal período de administração que todas as Câmaras estavam a fazer e acrescentou que a Câmara de Montemor era uma das que não iria aceitar a transferência de competências na área da Saúde. ----

---- **VOTAÇÃO** -----

---- Submetido a votação o ponto dois da ordem do dia foi aprovado por maioria dezassete a favor e oito contra. -----

--- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto três da ordem do dia. -----

---- **Ponto Três: Aprovação da 3ª revisão orçamental e 3ª. revisão das GOP's – Ano de 2019, nos termos preconizados da alínea a) do nº, 1 do artº. 25. Do Anexo I da Lei nº. 75/2013 De 12 de setembro, na atual redação. – Aprovado por maioria** -----

---- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

---- **1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

---- O Sr. **Presidente da Câmara** falou na aquisição, em leasing, do aluguer operacional de cinco veículos, sendo dois deles de ligeiros, outros dois de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ocupação, de nove lugares e um outro veículo misto de passageiros. Informou ser uma prática comum em quase todas as Câmaras este tipo de aquisição, referindo que o parque automóvel da Câmara era muito antigo e estava bastante degradado. Assim sendo, ir-se-ia então proceder ao abate dos veículos correspondentes a essas aquisições. Salientou que seria preciso fazer uma revisão ao orçamento para que essas verbas ficassem previstas, com vista ao aluguer operacional de veículos. -----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

---- **1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

---- Interveio o **Sr. Américo Páscoa (MAR)** e questionou para que tipo de serviço seriam essas viaturas. -----

---- Interveio **Prof. Paulo Grego (PS)** dizendo que existiriam outras soluções melhores do que aquela de se proceder ao abate dos veículos. Disse ter também uma pequena dúvida em relação à verba que se ia anular uma vez que se tinha previsto despesa a mais. Falou em relação ao aluguer operacional dizendo que não se opõem a esta metodologia, até porque, a nível empresarial sabiam bem como era e que contavam, sem surpresas, a nível das reparações. Referiu ter algumas questões, sendo a primeira delas e devido ao facto desses alugueres operacionais estarem limitados a quilómetros, sobretudo as carrinhas de nove lugares e, sabendo que estas faziam muitos quilómetros, não descurando que teriam feito um estudo de mercado e pela experiência que o próprio disse ter com este tipo de contratos de aluguer operacional, parecia-lhe curta para a quilometragem que viria a ser necessária, sobretudo, para os veículos de nove lugares. Acrescentou também a situação da gestão de coimas porque, em determinadas situações, o que acontecia era que o carro estaria em nome da empresa de aluguer operacional, a qual, ao receber uma multa, iria enviá-la para a Câmara para esta poder identificar o condutor mas, que isso estaria muito longe de ser a gestão das coimas e, dessa forma, iria parecer que a Câmara de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mira podia andar como quisesse. Mais disse que o máximo que aconteceria, era vir ao utilizador, o qual identificaria o condutor. Salientou se a situação dos quilómetros estaria prevista. -----

---- Colocou outra dúvida e disse que, na última Assembleia, em relação ao “quadro” que lhes tinha sido apresentado do empréstimo a medio/longo prazo, onde havia uma rubrica de noventa mil euros para a aquisição de equipamentos de transporte, questionou se este tinha alguma coisa a ver com essa aquisição e quis saber se, além desses veículos, se pretendiam adquirir mais alguns e caso assim fosse, discutir-se-ia na altura pois, ainda tinha algumas reservas relativamente a essa verba. Quanto à parte da CIM já lhe tinha sido então respondido. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara dizendo que em relação a essas questões, o Executivo, desde o início do ano, se reuniu com uma série de operadores para saber o tipo de condições e contratos que existia e que sim, que se tinha feito o “trabalho de casa” e por essa razão se devia o facto dessas explições e do que tinha ido para a reunião acerca do empréstimo, para todos os veículos que seriam de momento necessários, partindo de um princípio e para se chegar à conclusão de que não compensaria, pelo desgaste e pelo tipo de utilização que tinham. Acrescentou que existia um tipo de veículo que, se poderia adquirir e provavelmente o iriam fazer mais tarde, sendo ele, o de carga de mistos, isto é, transportam seis pessoas e também carga. Mas quanto aos ligeiros, eram os que tinham mais vantagens, do seu ponto de vista. Referiu também que fizeram um concurso público, no caderno de encargos, de acordo com a consulta que tinham feito a dois ou três operadores e, de acordo com essa mesma consulta, fizeram a média dos últimos anos, chegando à conclusão que seria trinta mil quilómetros/ano para as carrinhas de nove lugares e acrescentou que, no fim do contrato, teriam a opção de compra dos veículos, o que compensaria nesses contratos em termos de manutenção dos mesmos, sendo



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

então uma das vantagens. Conclui dizendo que o valor que estaria a ser colocado a concurso incluía pneus, manutenção e seguro, ou seja, todas as despesas relativas ao veículo, inclusive, também a colocação das rododermas. -

---- **VOTAÇÃO** -----

---- Submetido a votação o ponto três da ordem do dia foi aprovado por maioria com nove votos contra. -----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto quatro da ordem do dia. -----

---- **Ponto Quatro: Autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2019 a 2024, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público, para “Contratação de serviços de Aluguer Operacional de 5 Veículos” – Aprovado por maioria** -----

---- **VOTAÇÃO** -----

---- Submetido a votação o ponto quatro da ordem do dia foi aprovado por maioria com nove abstenções. -----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto cinco da ordem do dia. -----

---- **Ponto Cinco: Tomada de conhecimento de providência cautelar interposta pelo Município de Mira contra “Águas do Centro Litoral, S.A.”. – Tomado conhecimento** -----

---- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

---- **1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

---- Interveio o **Sr. Presidente** dizendo que na última Assembleia Municipal do dia vinte e oito de fevereiro, achou-se e entendeu-se por bem fazer a Assembleia Municipal para dar conhecimento que já tinha dado entrada a Providência Cautelar e que nesse momento estaria a decorrer o prazo para a oposição e para



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a contestação por parte das Águas do Centro Litoral, acrescentando que iam aguardar e dariam conhecimento da evolução desse processo. -----

---- **1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

---- Interveio o **Sr. Américo Páscoa (MAR)** dizendo que na última Assembleia, o seu colega André Monteiro havia enviado um email a dizer que consideravam haver partes um pouco mais fortes do que aquela que estava a ser de momento apresentada, e falou de uma série de vezes em que o Sr. Secretário de Estado cá tinha estado e das imensas reuniões tidas e sem resolução à vista. -----

---- Acrescentou o facto da chegada da época balnear se encontrar próxima, e em causa, aqueles recursos naturais que eram únicos na região e isso era uma ocupação e preocupação do MAR. Concluiu dizendo que achava que, nesse ponto principalmente, a Autarquia teria que ser mais interventiva. -----

---- Interveio o **Sr. João Luis Pinho (PS)** que cumprimentou todos os presentes. Disse que queria que fosse facultado aos colegas deputados uma cópia da ação e que fosse esclarecida a questão se esta foi intentada pelo Município, Juntas de Freguesia e Assembleia Municipal ou se foi pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia, conforme foi manifestado no ofício diário pelo escritório do advogado que esteve a cargo de redigir essa ação. Acrescentou que, não estando não estando esse tema diretamente relacionado com isso, queria um esclarecimento relativamente a uma ação, de um processo intentado ao Município de Mira pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente), relativamente às descargas ou rejeição de águas residenciais, sem tratamento prévio. -----

---- Interveio **Prof. Paulo Grego (PS)** dizendo que a intervenção do seu colega de bancada era um tema de grande importância. Referiu que, na última Assembleia, lhes havia sido pedido, em especial favor, para incluírem um ponto na ordem de trabalho, à última da hora, sobre esse mesmo tema, ao qual acederam prontamente e que depois somente lhes era é apresentada uma Tomada de Conhecimento da Providência Cautelar quando não tiveram e não tomaram qualquer conhecimento do teor da Providência Cautelar e mencionou



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que lhes podia ter sido dado conhecimento, uma vez que a mesma tinha dado entrada no dia dezoito de março. Salientou que não lhe parecia ser um segredo de Estado, a qual não pudessem ter mostrado aos deputados, referindo o facto de ter sido nesse mesmo sítio que havia sido atribuída a Ação, onde disse ter dúvidas porque na proposta vinha escrito o título, “Tomada de Conhecimento de Providência Cautelar e proposta pelo Município de Mira pelo tal ...”, mas disse que depois no teor dizia, “Providência Cautelar intentada pelo Município de Mira e Junta de Freguesia de Mira”, onde disse não saber qual das duas é que contava pelo facto de existirem duas situações diferentes, onde referiu que tinha havido alguém da bancada do PSD que tinha puxado os louros dessa Providência Cautelar para a bancada, ou para a Câmara e para o PSD, sendo que o grupo Parlamentar do PS não tinha apresentado nenhuma proposta para essa Providência Cautelar, onde fez referência, de ter sido dado um certo conforto para que ela fosse intentada e terem vindo com uma Assembleia Municipal que estava lá metida, dizendo então não saber se estava ou não uma vez que particularizaram para a Junta de Freguesia. Concluiu dizendo que queria saber ou reforçar o teor da Providência Cautelar e manifestar o seu desagrado pela falta de informação. -----

----- Interveio o **Sr. Dr. Francisco Reigota (PS)** começando por dizer que reforçava as duas intervenções da bancada do Partido Socialista e disse que, na última Assembleia Municipal, foram puxados os louros para uma bancada partidária, sobre esse tema, pelo Sr.º Presidente da Junta de Freguesia de Mira, o que considerava pouco digna. Mais disse ser um tema transversal e de extrema importância para o Concelho de Mira e que a sua politização estava a ser refeita pelo PSD ou pelos seus eleitos e achava que esta prejudicaria seriamente o Concelho de Mira e com as soluções que pudessem vir a ser encontradas. Acrescentou que podiam vir argumentar com o que quisessem, porque todos os presentes já se tinham apercebido do que realmente estava a acontecer. Disse que gostaria de saber que processo estava a decorrer, de momento, sobre as



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

descargas que feitas naquele período e que, no ano anterior, quando do hastear da Bandeira Azul, nessa mesma altura, apareceram peixes mortos e em consequência haviam trazido um documento à Assembleia Municipal dizendo que iam processar a desconhecidos, referindo que se falava que iriam ser constituídos arguidos pessoas do Concelho de Mira, relacionadas com esse processo e disse que gostava de saber se o processo era por parte da Câmara Municipal, de quem era a responsabilidade e o que se estava a passar. Terminou dizendo que era um assunto muito importante e o facto de se tentar tirar aproveitamento político dele, ficava mal a todos. -----

--- Interveio **Sr. Dr. Artur Fresco (PSD)** que cumprimentou todos os presentes e esclareceu a questão da qual tinha acabado de ser acusado, a de puxar os louros para a bancada do PSD, como sendo a Câmara Municipal de Mira e/ou a Junta de Freguesia de Mira. Mais disse que, se tinha sido essa a informação que passou, não foi essa a sua intenção, mas sim, que a proposta concreta de apresentação da Providência Cautelar tinha sido feita pela Câmara Municipal e ele, como representante da Junta de Freguesia de Mira, estava plenamente de acordo e que subscrevia esse documento. Mencionou ainda que, depois dessas intervenções, tinha que dizer duas ou três coisas. Sendo esse assunto demasiado delicado e importante para o nosso Concelho, que afetava todos e o seu tratamento de uma forma político/partidária, como “politiquice”, considerava ser de baixo nível. Mencionou o facto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira ter dito, depois da Assembleia ter terminado, que tinham sido coniventes com o que tinha acontecido, dizendo que havia factos e contou que, na última Assembleia Municipal no dia vinte e oito de março, por iniciativa da Câmara Municipal, a qual ele tinha assinado, tinha sido aprovada a proposta de apresentação de uma Providência Cautelar contra as Águas do Centro Litoral. Mais disse que ainda não tinham passado vinte e quatro horas, no dia um de abril, a Junta de Freguesia de Mira tinha sido contactada pela Sra. Fátima Fernandes da Secretaria de Estado do Ambiente, a qual lhe foi comunicou que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pretendia agendar uma reunião com o Sr. Secretário de Estado, Carlos Martins e que devia ligar para o Gabinete, para falar com o Sr. engenheiro Artur Cabeças. Ligou de imediato e foi agendada uma reunião para o dia sete da semana seguinte. Obviamente que aceitou e manifestou o seu contentamento com o rumo que lhe parecia estar a tomar, mas referenciou que, no decorrer da conversa que teve com Sr. Eng.º, chefe de Gabinete, perguntou se o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mira não era convocado e a resposta que obteve foi afirmativa. De imediato foi perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se ele tinha sido contactado para esse efeito, o que não tinha acontecido e referiu achar estranho contactarem em primeiro lugar o Presidente da Junta de Freguesia de Mira e não o Sr. Presidente da Câmara. Mais informou que foi novamente contactado, nesse mesmo dia, para desmarcar a tal reunião porque tinha havido um engano, pois essa reunião não era para ser agendada com a Junta de Freguesia de Mira, mas sim, com a Junta de Freguesia da Praia de Mira. Frisou que o que aconteceu foi descobrir que afinal os autores da Providência Cautelar não tinham nada a ver com isto e salientou que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira devia ter-se reunido com o Sr. Secretário de Estado em Lisboa para falarem deste assunto e disse isso porque o Sr. Engenheiro Artur Cabeças havia-lhe dito que era esse o assunto e salientou que, isso sim, era “politiquice” e “partidarismo”, haver uma reunião com um Sr. membro do Governo do Partido Socialista e com um Sr. Presidente de Junta que nada teve a ver com essa Providência Cautelar. Pronunciou que, para se estar em igualdade de circunstâncias com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, pelo menos, deveria ter estado presente também o Sr. Presidente da Câmara Municipal, sendo este o principal interessado. Concluiu dizendo que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira podia então explicar o porquê do Sr. Secretário de Estado ter preferido falar com ele e não com os autores que intentaram a Providência Cautelar. -----

---- **2.ª Intervenção do Sr. Presidente da Câmara** -----



Handwritten signature and initials

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira. -----

---- Interveio o **Sr. Dr. Francisco Reigota (PS)** dizendo que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira nada tinha que ver com a sua agenda, com as suas reuniões, com os assuntos que a Junta de Freguesia da Praia de Mira tratava ou, com o que ele tinha a tratar com o Secretário de Estado e salientou que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, primeiro, tinha de gerir a sua Junta de Freguesia e não as dos outros e que não era culpa sua ou da Junta de Freguesia da Praia de Mira, nem da secretária de Estado, por esta não saber descortinar quantas freguesias o Concelho de Mira tem. Mencionou também que só por ter feito um pedido de reunião ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente, ser acusado de “politiquice” ou “partidarice”, dizendo que tem dificuldades em encontrar palavras por ser uma intervenção tão amadora. Concluiu dizendo preocupar-se com o que se passava no Concelho de Mira e que estaria sempre ao lado do Sr. Presidente da Junta de Mira, na defesa de boas causas. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** usando a palavra para esclarecer dois ou três pontos, sendo a primeira, deixar esclarecido o processo de Contraordenação, sendo esse o processo que haviam contestado na APA (Agência Portuguesa do Ambiente), por avaria momentânea em duas bombas. Disse também, de forma mais didática, que o que vinha deliberado, sendo ali proposto, foi que, “dia vinte oito pelo exposto, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere em proposição por parte do Município de Mira”, questionando quais eram as normas que compunham o Município de Mira. Aclarou que havia quem dissesse que o Presidente da Câmara era um Órgão, face às competências que tinha, acrescentando que tinha sido então deliberado e que a Assembleia havia sido a favor, estando o Município de Mira representado. Mais disse que se deliberou que fosse cada membro da Assembleia a intentar a ação, devendo ser uma ação popular através do Município de Mira. -----

---- Passou a esclarecer o segundo ponto dizendo que a única Junta de



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia que afirmou querer seguir este processo tinha sido a Junta de Freguesia de Mira mas, disse que enquanto jurista, tinha dúvidas quanto à legitimidade que as próprias juntas tinham, referindo que nisso o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira quis fazer a antecipação, porque não tinha assinado nenhum contrato de concessão com as Águas do Centro Litoral, tendo ele dúvidas quanto a esta ação mas, que o tribunal o decidira, favoravelmente ou não. Mais disse, que o que ficou deliberado foi, que o Município de Mira, em representação de todos os Órgãos do Município, não conjuntas, a ação estava em nome da Câmara/Assembleia Municipal, em representação de todos, porque era o Município que o fazia. -----

---- Falou depois em relação à intervenção do Sr. Deputado, Américo Páscoa acerca do seu colega, o Sr. André Monteiro, ter retirado a proposta, disse que ele estava ali como testemunha e estava dito na Providência Cautelar, mas que tudo isso era um resumo daquilo que tinha sido pedido na mesma e que foi, “parem imediatamente com as descargas” e que não tinham trazido para ali as peças do processo, porque depois a Ação Municipal que ia ser intentada e, dentro em breve, trariam os restantes pedidos. Quando os trouxessem, vinha também a Providência Cautelar e a ação principal, pois quanto a este processo nada havia a esconder. Mais disse que, enquanto jurista e em relação à legitimidade da Junta, essa tinha demonstrado interesse e o mesmo foi manifestado. Na questão dos peixes mortos, disse que podia prever que essa questão viesse dali, sabendo que, pelo menos duas pessoas foram constituídas arguidas e que a Câmara Municipal, enquanto entidade pública, tinha que fazer e fez, uma queixa-crime e que a podia disponibilizar a qual terminava da seguinte forma, “... pelo exposto resta Vossa Ex.^a executar as diligências necessárias à clarificação de factos ou renuncia aqui ...”, referindo que tinha sido muito estranho, logo no dia da Bandeira Azul terem aparecido cinquenta ou sessenta peixes mortos na vala, constatando que tinham o relatório das águas, o qual dizia que as águas não estavam poluídas havia sendo tudo isso comunicado ao



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ministério Público para investigarem e que, no caso da existência de arguidos, tinham de perguntar ao Ministério Público quem é que os tinha constituído e porque é que os tinha constituído. Informou que duas pessoas foram constituídas arguidas, tendo sido uma delas indicada pelo Executivo, o Sr. Grosso e o outro era um Sr. que de momento não recordava o seu nome. Acrescentou que a Câmara Municipal não tinha apresentado queixa contra ninguém porque não sabiam o que se tinha passado, pediram sim, ao Ministério Público, enquanto entidade pública, para investigarem e tirarem as suas conclusões, as quais desconhecia. Para terminar, quis deixar uma nota sobre a questão da agenda do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira e disse que o Sr. Secretário de Estado fez bem em agendar a reunião, pois tinha a certeza que o Sr. Presidente da Junta da Praia de Mira foi lá defender os interesses de Mira. Contudo, o que lhe parecia mal era o facto de o Presidente da Câmara não ter sido chamado ou não ter tido qualquer conhecimento dessas reuniões e referiu que ninguém era ou estava contra isso, porém, achou mal foi estarem à espera de que lhes fossem apresentadas soluções, pois estava-se num processo negocial. A parte das confusões, que eram do conhecimento de todos, não achava correto, por parte do Governo e não por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, contristando que um membro do Governo fazer isto perante um Presidente de Câmara, ao invés de estarem todos sentados à mesma mesa, a tentar conversar para encontrar soluções. Assim referiu que tinha ali sido deliberado interpor uma Providência Cautelar e nesse mesmo próprio dia, ele teve o cuidado de ligar ao Sr. Secretario de Estado a comunicar que no dia anterior em Assembleia Municipal, tinha ficado deliberado que o Municipio interpusse uma Providência Cautelar. Concluiu dizendo ser essa a sua opinião em relação a todo este processo, considerando que este deveria, por um membro do Governo ser conduzido de outra forma, salientando que nada tinha a ver com a agenda ou com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Interveio o **Sr. João Luis Pinho** relativamente ao processo que a APA intentou ao Município e perguntou se isso se reportava a uma avaria nas bombas e que alguém havia referido as bombas do Casal, ficando então esclarecido. ---

---- Interveio **Prof. Paulo Grego (PS)** agradecendo a explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara, mas que, se alguém tinha lançado a dúvida, essa foi suscitada pelos documentos que lhes tinham sido entregues, porque dizia por um lado, Providência Cautelar interposta pelo Município de Mira e, por outro, dizia que era o Município de Mira com a Junta de Freguesia de Mira, sendo essa a única dúvida. Mais salientou que essa foi a responsável pela troca de argumentos entre os dois Presidentes de Junta de Freguesia, e logicamente, o importante era saber aquilo que o colega Artur Fresco já havia explicado. Porém, referiu que lhe tinha escapado um pormenor, perguntando ao Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, se quando tinha sido convocado para a reunião, tinha sido para falar da Providência Cautelar e se era esse o tema da reunião. Especificou que a sua dúvida era se a Providência Cautelar estava na agenda ou não, achando que, se o tema das reuniões do Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira e o Secretário de Estado foi ou era para ser e, não sabendo se a reunião tinha acontecido ou não acontecido. Mais disse que sendo este um problema das soluções de que se falava em relação à Providência Cautelar, disse que por uma questão de cortesia o Sr. Presidente deveria ter estado, restando só saber se essa reunião estaria devida há mais tempo ou se o tema era outro qualquer que a Junta de Freguesia da Praia de Mira pudesse ter. -----

---- Interveio o **Sr. Dr. Francisco Reigota (PS)** dizendo ser notório vários esquemas e alguma confusão nas intervenções do Sr. Presidente da Câmara, assim como, nas do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, o que começava a gerar alguma controvérsia e mau estar. Mais disse que o que o que realmente aconteceu na última Assembleia Municipal não foi terem perguntado, em momento algum, se existia alguma Junta de Freguesia que pudesse



MUNICÍPIO DE MIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

subscrever tal documento, referindo que se tal tivesse existido, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, tal como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos ou, como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia iriam querer subscrever tal documento. Acrescentou que se ele existiu, o Sr. Presidente da Câmara podia dizer o que dissesse, porque isso não tinha acontecido em momento algum, salientando que a situação ficava desconfortável pois sabiam que tinham errado, mas podiam continuar a assinar a prova e a fazer a gestão desse processo da forma que quisessem. Relativamente à referida reunião fez a mesma pergunta que o seu colega Paulo Grego, ou seja, qual tinha sido o tema para o qual não tinham sido convocados, ou para qual foi convocada a Junta de Freguesia de Mira pela Secretária de Estado. Referiu que não esteve com nenhuma Secretária de Estado, nem com as Aguas do Centro Litoral, nem com o Ministro do Ambiente e que, infelizmente, tinha estado com todos mas que não tinha tido, em momento algum, nenhuma conversa sobre a Providência Cautelar ou sobre esse tema. Acrescentou que se era essa a impressão com que tinham ficado que a viessem então comprovar. Mais disse que o Sr. Presidente da Câmara, sendo jurista, que fosse ver a Constituição da República Portuguesa e que visse o princípio da Autonomia das Freguesias. Assim sendo, a Junta de Freguesia da Praia de Mira também era autónoma para abrir esses processos, tal como Sr. Presidente da Câmara também o era, referindo que nunca o havia questionado quando foi este foi à BTL (Bolsa de Turismo De Lisboa) promover o turismo de Mira e não convocou o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, tendo levado outro consigo e que também nunca tinha questionado a sua legitimidade, quando ia a reuniões ou resolver assuntos da Praia de Mira e nem sequer uma nota enviava para a Junta de Freguesia da Praia. Insistiu no facto de que não respondia a ofícios ou perguntas que eram enviadas pela Junta de Freguesia da Praia Mira. -----

---- Inteiro **Sr. Dr. Artur Fresco (PSD)** fazendo dois esclarecimentos e disse que o podiam verificar nas gravações, que não quis relacionar esse tema com a



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Junta de Freguesia da Praia de Mira mas sim, com o seu representante, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, acrescentando que a instituição nada tem a ver, até porque o Sr. Presidente não tratava dos assuntos da Freguesia da Praia de Mira, foi o que tinha sido dito. Falou em relação à mesma pergunta que foi feita pelos dois membros da bancada do PS esclarecendo que, depois do telefonema do Sr. Presidente da Câmara Municipal para o Sr. Secretário de Estado, por uma questão de cortesia, mas que realmente, na marcação da reunião, o tema não era a Providência Cautelar mas sim, o das descargas poluentes na rede de abastecimento de água, salientando que o Sr. Presidente da Junta da Praia de Mira tinha terminado num tom exaltado, e referiu que o Sr. Presidente da Câmara não havia feito nenhuma pergunta do género à Junta de Freguesia da Praia de Mira ou ao seu Presidente. Mais disse que o assunto era com ele, Presidente da Junta de Mira e que se o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira foi a Lisboa com o propósito de se reunir, lá teria os seus interesses mas, repetindo o que já tinha dito e por ser um assunto tão importante e urgente como esse, podia pelo menos, informar a Câmara Municipal de Mira. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** Municipal de Mira e esclareceu que a única pessoa nervosa que ali tinha visto, tinha sido o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira e que ia reforçar o que já tinha sido dito, que se o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia tinha ido a Lisboa, tinha feito bem e que ninguém ali presente havia contestado tal facto ou mesmo, ser contra. A questão que se tinha levantado tinha sido por questões partidárias, achando mal, por parte do Governo e não da parte do Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira. Mais disse que, quando estivesse com o Sr. Secretário de Estado iria dizer-lhe, assim como, ao Chefe de Gabinete, que continuava a nutrir muita consideração por ele, sendo uma pessoa competente e com trato, mas que não tinha tido uma boa atitude, frisando que, por vezes, aconteciam coisas sem se querer e que não se viria a saber se estas não acontecessem, sendo exemplo



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disso, o mal-entendido com o telefonema. Outra questão era o facto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo ser seu Chefe de Gabinete e quanto às insinuações, explicando que o seu Chefe de Gabinete tinha tido o cuidado de enviar para os seus colegas Presidentes de Junta, o dia em que iria tomar e exercer funções como tal. Assim quando o Sr. Presidente da Junta do Seixo foi visto na BTL, foi como seu Chefe de Gabinete e não como Presidente de Junta e, foi nessa qualidade que o tinha acompanhado. Terminou esclarecendo que, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira tinha feito bem e que esperava que tivesse defendido os interesses de Mira, uma vez que foi ele que lá foi e não o Presidente da Câmara Municipal de Mira. -----

---- Interveio o **Sr. Dr. Francisco Reigota (PS)** que começou por dizer, em tom de brincadeira, que não era nervosismo, mas sim emoção. Aludiu que o Sr. Presidente era muito bom nas palavras, trazendo para a discussão um assunto que não era prioritário e, conhecendo-o como ele o conhecia, muitas das vezes na Assembleia, referindo uma situação, tinha ido ter com ele e que este lhe tinha dito para ter calma ou diz “que sim”, ou “que está tudo bem”, mas que consigo esse dom com as palavras não resultava e ia continuar a não resultar. -----

---- Mais disse que, relativamente à reunião com o Sr. Secretário de Estado, o tema não tinha sido esse e que se reunia com os Secretários de Estado deste País, as vezes que lhe apetecesse e sempre que eles o quisessem receber. E, quanto ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse o mesmo, em defesa do Concelho, e não “embrulhar-se” um tema com o outro, esclarecendo que a reunião que tivera com o Sr. Secretário em nada teve a ver com esta Assembleia Municipal, pois já estava agendada há algum tempo. Relativamente à questão do Governo, observou que nada mais lhe havia de faltar do que o facto do Governo se querer reunir com um Presidente de Junta, legitimamente eleito, ser estar a partidizar alguma coisa, aduzindo que se vive numa outra era, numa outra forma de estar e que em democracia era legítimo haver essa liberdade. ---

---- Relativamente à BTL, disse que o Sr. Presidente da Câmara já ocupava esse



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cargo há seis anos e quando ia promover o Concelho de Mira, só o tinha chamado uma única vez, sendo essa, para a apresentação da Passagem de Ano do ano passado, onde tinha ido com ele a Lisboa e achando muito bem o facto de promover o Concelho mas, podia fazê-lo e promove-lo em conjunto com todos os eleitos. Mais disse não querer que a Praia de Mira seja tratada de forma especial, referindo que o nosso Concelho era pequenino e se existisse coesão, teria mais força. Concluiu, dizendo que os partidos acabavam por dividir as pessoas e que o Sr. Presidente da Câmara o demonstrava bem. -----

---- Intveio o **Sr. Presidente da Assembleia Dr. Mário Maduro** e dirigindo-se para o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, disse que isso já ia longe e que pensava que sim, que ele tinha sido eleito legitimamente, mas que, de qualquer maneira, se existia ali alguém hábil naquela sala, não tinha sido o Sr. Presidente da Câmara que o tinha demonstrado. Referiu que, numa discussão de um assunto de mais importância para o Concelho de Mira, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira tinha falado em quatro ou cinco assuntos que nada tinham a ver com esse. Sendo assim, se alguém era hábil, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira assim o era. Concluiu parabenizando-o pela sua faceta política, mas que de qualquer maneira, achava que, e mais uma vez repetia o que já tinha dito em outras Assembleias, que ali, o que os unia era realmente a defesa e o superior interesse de Mira. -----

---- Intveio o **Sr. Presidente da Câmara** deixando duas notas, sendo que na primeira, disse que, apesar dos dotes oratórios do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, ainda ficou com dúvidas porque, numa primeira intervenção tinha dito que não se tinha reunido com ninguém e depois, disse que se tinha reunido e que não tinha sido esse o tema e salientou que podia ter escutado mal. Mais disse que ia repetir e frisar aquilo que já havia dito e que era, o facto de não ter mesmo nada a opor e achar que ninguém tinha, igualmente, nada a opor e que se o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se, reunisse com o Sr. Secretário de Estado ou com outros Secretários de Estado, ou Ministros, que assim entendesse, era muito bom pois, talvez ele conseguisse reunir e trazer benefícios para a Praia de Mira. Concluiu reforçando que com tudo isto, podia ter existido uma palavra a dar à Câmara Municipal de Mira, por parte do Governante, o Sr. Secretário de Estado.-----

---- ENCERRAMENTO -----

---- E nada mais havendo a tratar, foi pelo **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** declarada encerrada a sessão pelas 19:50h da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e aprovadas por unanimidade em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Mesa,

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1º Secretário,

(Nelson Miranda Cadete, Prof.)